

# Planos de FH

• A uns morrem as vacas, a outros parem os bois, diz-se em Portugal. As bênçãos do destino são repartidas sem justiça, cumulando a uns, negando-se a outros, querem eles dizer, e têm razão, conforme vemos todos os dias à nossa volta. Quem imaginaria que Itamar Franco chegasse à Presidência e que fosse delegar a condução da economia a Fernando Henrique? E que houvesse pronto um plano de estabilização viável?

A sorte que protegeu Itamar parece ter também perfilhado o seu sucessor. Quinta-feira, Fernando Henrique anunciou ter a Vale do Rio Doce descoberto uma mina de ouro na Serra do Leste, em Curionópolis, Pará. Calcula-se que, nos 400 metros de profundidade já furados, há 150 toneladas de ouro que, em dez anos, podem render cinco bilhões de dólares. E há, ainda, mil metros a perfurar. É mais que todo o ouro que mandamos a dom João V, para que pudesse erguer conventos e dedicar-se a namorar freiras.

Fernando Henrique diz que, embora descoberto pela Vale, o ouro a ela não pertence. Pertence à União, que, segundo a Constituição, é a dona do subsolo.

A notícia, como não podia deixar de ser, mexeu com a cabeça do presidente. Fernando Henrique aguarda o trabalho em curso para avaliar o valor de mercado da Vale, mas tem dúvidas sobre a conveniência ou não de privatizá-la em bloco.

É que, na verdade, há muitas Vales. Há parcerias valiosas no Brasil e no exterior. E há as duas empresas que estão na origem das dúvidas presidenciais: a que produz ouro e, principalmente, a que produz conhecimentos geológicos e descobre minas, que se chama Docegeo.

Será que devemos alienar a nossa memória mineradora e os trabalhos de pesquisa que tanto podem render no futuro?, pergunta-se ele. E para fazer o que com o dinheiro?

Jader Barbalho, líder do PMDB no Senado, acha que o Brasil precisa de um projeto nacional integrador. Descobriu que esse projeto existe, pronto, tendo os seus estudos preliminares sido financiados pelo Banco Mundial.

Chama-se Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia-Tocantins (Prodiat), e se propõe a criar um corredor de transportes do Rio Grande do Sul até Belém do Pará, incorporando hidrovias e rodovias, à custa de algumas obras que permitam a navegação dos rios, como as eclusas da hidrelétrica de Tucuruí e duas barragens.

Diz o senador que o Governo brasileiro precisa deixar de ser um mero escritório de contabilidade, dedicado a preservar a estabilidade da moeda, e adotar um grande projeto de abertura de novas fronteiras econômicas, o que poderia ser feito com os recursos resultantes da venda da Vale do Rio Doce.

Em princípio, Fernando Henrique achou a idéia boa e está pronto a examiná-la melhor, depois que os estudos sobre a privatização da empresa estiverem concluídos e o seu preço mínimo fixado. Entrar em uma aventura desbravadora sem conhecer o seu custo, co-

mo fez Juscelino Kubitschek com Brasília, não é muito do seu feitio. Mas tampouco é do seu feitio passar quatro anos de olho no Banco Central, na taxa de juros, na balança de pagamentos, e em outros aspectos financeiros igualmente chatos, sem deixar a sua marca na paisagem do país.

O desenvolvimento da Amazônia, e não apenas o controle dos ares, é uma das razões pelas quais luta pelo Sivam, cujo destino será decidido quarta-feira na supercomissão do Senado. Sabe que a batalha será dura e já foi prevenido pelos seus líderes que, se nela não entrar de peito aberto, o projeto poderá ser derrotado.

Fernando Henrique queixa-se do rumo tomado pelas discussões. Diz que nenhum fato concreto sobre possíveis irregularidades lhe foi apresentado e que, se houvesse, seria o primeiro a cancelar o contrato com a Raytheon. Considera que muitos senadores têm uma visão errada do processo. Aham que, se recusarem o empréstimo do Eximbank, o dinheiro estará disponível para outros investimentos, o que não é verdade.

O seu argumento: ninguém acha que a tecnologia francesa é inferior à americana. O que fez a Raytheon ganhar a licitação foram as excepcionais condições de financiamento que conseguiu junto ao Governo americano. O empréstimo do Eximbank tem oito anos de carência não porque foi dado ao Brasil, mas porque foi dado a uma grande empresa americana, que precisa se reconverter da indústria de guerra para a indústria de paz. O Brasil beneficiou-se casualmente de um negócio entre americanos e para americanos. Se uma das partes americanas sair do projeto, o negócio acaba.

Comenta, ainda, que os americanos não precisam subornar ninguém. Estão acima dessa necessidade porque chegam com o total apoio político do seu Governo, tendo como advogados o próprio presidente Clinton e o seu ministro do Comércio, e um caminhão de dinheiro vivo. Quem é suspeito de ter usado suborno, no passado ou agora, são os franceses.

Na segunda-feira o presidente Fernando Henrique começará a sua ofensiva pró-Sivam por uma conversa com o presidente da supercomissão, Antônio Carlos Magalhães, e com o relator Ramez Tebet.

Insostituível como interlocutor, busca, no episódio, a justificativa para não ter um coordenador político. Acha que, com o tipo de presidencialismo imperial que temos, os partidos vetam qualquer nome que se proponha para a tarefa, como recentemente fez o deputado Paes de Andrade, presidente do PMDB, em relação ao seu correligionário Aluisio Nunes.